



POPULAÇÃO RIBEIRINHA, DEMANDAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO NA ESCOLA 15 DE AGOSTO NO RIO ABAETÉ.¹

Tainara Sousa Duarte

Acadêmica do curso de Pedagogia e bolsista PIBIC/CNPq
Universidade Federal do Pará/UFPA – email: tainaraduarte@gmail.com

Joyce Marcelly Corrêa Dias

Acadêmica do curso de Pedagogia e bolsista PIBIC/CNPq
Universidade Federal do Pará/UFPA – marcelly423@gmail.com

Orientador: Salomão Antônio Mufarrej Hage

Universidade Federal do Pará/UFPA – email: salomao_hage@yahoo.com.br

RESUMO:

O trabalho apresenta os resultados de um estudo realizado na comunidade Rio Abaeté no Município de Abaetetuba, desenvolvido por meio de pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 15 de Agosto. Foram feitos levantamentos de informações por meio de coletas de dados na comunidade, que pudessem de fato comprovar sua veracidade e hipóteses sobre a precariedade nas escolas das populações ribeirinhas da Amazônia Paraense. Populações que são compostas por sujeitos sociais ligados fortemente à hidrografia amazônica, que sustenta um importante papel no processo de ocupação desse espaço territorial brasileiro (SANTOS, 2014) Para romper com essa realidade cheia de dificuldades no acesso a educação de qualidade são necessárias a efetivação de Políticas Públicas Educacionais, capazes de suprir as demandas da escola e comunidade, para que assim possibilite ao aluno o processo de ensino/aprendizagem capaz de incluí-lo no meio social valorizando sua identidade com igualdades de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: População Ribeirinha. Educação. Políticas Públicas Educacional.

INTRODUÇÃO:

As Populações Ribeirinhas são compostas por sujeitos sociais ligados fortemente à hidrografia amazônica, que sustenta um importante papel no processo de ocupação desse espaço territorial brasileiro (SANTOS, 2014). São populações que lutam por igualdade de direitos; direito à educação, saúde, lazer, território, lutam pela valorização de seus costumes e tradições.

A educação das Populações Ribeirinhas encontra-se incluída no Decreto N° 7.352 de 04 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), conforme o Art. 1º,

¹Trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia – Geperuaz, da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, coordenado pelo ProfºDrº Salomão Antônio Mufarrej Hage.



A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

No Art. 2º fica estabelecido as Populações Ribeirinhas, e demais populações do campo: direitos a diversidades do campo, a formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, políticas de formação de profissionais da educação conforme a especificidade das escolas, a valorização da identidade da escola e o controle social da qualidade escolar. Em face ao Decreto, faz-se necessário a reflexão para a construção de medidas que de fato possibilite ao estudante do campo uma educação de qualidade, que seja adaptada com seu meio habitacional.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 15 de Agosto, localizada na comunidade ribeirinha Rio Abaeté, no Município de Abaetetuba-Pa. Visamos evidenciar a realidade da educação na comunidade Rio Abaeté, e a ausência de políticas voltadas para a educação que assegure o direito básico do estudante ribeirinho para que tenha acesso à escola e sua permanência com o ensino de qualidade.

DESENVOLVIMENTO:

O referente trabalho tem como base o Projeto de Pesquisa “Educação do Campo na Amazônia Paraense: Territorialidades Diversas e Implicações para as Políticas Educacionais e para a Escola Pública” do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Rural na Amazônia – GEPERUAZ. Para a Construção necessitamos de levantamentos de informações por meio de leituras de Teses, Dissertações e livros e coletas de dados na comunidade que pudessem de fato comprovar sua veracidade e hipóteses sobre a precariedade nas escolas das populações ribeirinhas da Amazônia Paraense.

A pesquisa foi realizada na comunidade Rio Abaeté, localizada no município de Abaetetuba do estado do Pará. Atualmente o município conta com um grande número de ilhas, são no total 72. No demonstrativo de números de escolas de 2012, revela que há nas ilhas 83 escolas no total, que atende as etapas de ensino Pré-escola (4 e 5 anos), Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - Fundamental. Atualmente a comunidade enfrenta diversas dificuldades pela ausência das políticas públicas, e



questões como saúde, segurança e educação tem sido o grande problema da comunidade, porém delimitamos a demanda da educação como ponto principal dessa pesquisa.

A única escola da comunidade é a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental 15 de Agosto, fundada em 1962. Atualmente a escola tem um espaço físico (prédio da escola) em boas condições, sua última reforma aconteceu em 2011. Possui no total 78 alunos, 03 são alunos com Deficiência Intelectual - DI. Em relação à formação e prática docente, tem professores concursados e contratados. Registramos que todos os professores possuem curso superior, os contratados formados em graduação e os concursados com mestrado e especialização em andamento.

O cenário que observamos na escola no começo da pesquisa (2016) era de instabilidade, as dificuldades com a falta de repasse de verbas, atingiram o transporte e a merenda escolar, o que evidenciou a causa de termos nos deparado com a escola fechada em período de aula, a ex-gestora relatou que buscavam respostas e soluções na SEMEC, os quais até o momento não tinham nenhuma posição.

A dificuldade em relação ao Transporte Escolar levou os rabeteiros paralisarem devido à falta do pagamento salarial e vale óleo. Dessa forma, não havia transporte escolar para levar as crianças e as professoras até a escola, como fica evidente na fala da ex-gestora:

[...] o rabeteiro trabalha para ajudar a escola e a família dele. Porque se ele for pensar ele não tem condições nem de ajeitar essa embarcação. Se abrir um buraco lá e ele chamar um calafate. É 100 reais uma diária. Se ele não tiver material como é que ele vai calafetar uma rabeta? Como ele vai ajeitar quando quebrar uma palheta ou quando bater um eixo ou motor [...] Ainda tem a questão do atraso do pagamento dos rabeteiros, como é que eles vão trabalhar? (Maria Eunice – ex-Diretora da escola ribeirinha 15 de Agosto).

Sobre o relato da ex-gestora entendemos as dificuldades enfrentadas pela escola na questão do transporte escolar. Pois sabemos que o meio de locomoção dos povos das ilhas é somente pelos rios através das pequenas embarcações, sem isso não há acesso à escola.

Em relação à merenda escolar, conforme a Lei nº 11.947/2009 – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, determinação do Governo que favorece o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da rede pública, entendemos que a



merenda escolar é essencial, e, além disso, é uma responsabilidade pública, e se está na Lei, precisa estar na vida. O repasse de merenda pela Prefeitura acontecia regularmente, nunca houve falta de merenda, no entanto a escola passou a enfrentar essa dificuldade. Diante disso a ex-gestora precisou buscar soluções e tirar de sua própria despensa o alimento para os alunos, conforme declarou:

Nunca faltou merenda na escola, e agora tá faltando [...] Eu já tinha separado ali 2kg de arroz porque tem picadinho lá, mas não tem arroz e nem macarrão. Levei cenoura, batata para mandar fazerem um sopão porque trabalhar com criança até o horário de 11h você não consegue, porque tem crianças que vão estudar sem tomar café. Aí eu bato açaí, eu tiro e levo e assim vai, mas tá difícil. (Maria Eunice – ex-diretora da escola ribeirinha 15 de Agosto).

CONCLUSÃO:

Apesar da Educação Ribeirinha está estruturada a ordem governamental, os sujeitos formam seu próprio currículo em diversas situações do dia-a-dia, nas formas de vida e da sua cultura. Por se situar distantes da cidade, as dificuldades na questão da educação ribeirinha estão mais visíveis, para romper com essa realidade é necessário a efetivação de Políticas Públicas capazes de suprir as demandas da escola e que assim possibilite ao aluno a permanência no processo de ensino/aprendizagem com mais qualidade, para isso é preciso lutar para que o que está posto na Lei, também esteja na vida dos ribeirinhos e ribeirinhas da Educação Básica.

REFERÊNCIAS:

Brasil. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 03 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 12 nov. 2016.



BRASIL. **Lei nº 9.394/96**. MEC, Brasília – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

SANTOS, J. **Populações ribeirinhas e educação do campo**: Análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.